



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

6851

Presidente da Mesa Diretora: Coriolando da Soledade Ribeiro Afonso

Espécie: Projeto de lei

Categoria: Utilidade Pública

Autoria: Maria de Fátima Pereira Macedo

Data: 15/05/2007

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 147/2007. Concede o título declaratório de utilidade pública ao “Instituto Grande Sertão”. (Referente à Lei nº 3.740, de 31/05/2007).

Controle Interno – Caixa: 25.7 **Posição:** 12 **Número de folhas:** 05

Espécie: PL
Categoria: Utilidade Pública
Cr: 25.7
Ordem: 12
nº fls: 25



57/2007
22.05.2007

Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº **147**/2007

AUTOR:

Ver. Maria de Fátima Pereira Macedo

ASSUNTO:

Concede Título Declaratório de Utilidade Pública Municipal ao Instituto Grande Sertão.

MOVIMENTO

Entrada em - 15/05/2007

1 - Comissão Legislação e Justiça

2 - **AMOVADO EM REGIME DE URGENCIA**

3 - **EM. 22.05.2007**

4 -

5 -

6 -

7 -

8 -

9 -

10 -



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Gabinete da vereadora Fátima Pereira

Projeto de Lei n.º 147 2007.

Concede Título Declaratório de Utilidade Pública.


A Câmara Municipal de Montes Claros (MG), aprova, e eu sanciono a seguinte lei:

Artigo 1º - Fica considerada de Utilidade Pública Municipal a entidade civil legalmente constituída, sem fins lucrativos, sob a denominação de **Instituto Grande Sertão**, inscrita no **CNPJ 03.638.206/0001-30**, com sede nesta cidade, na Rua Urbino Viana, 670, Vila Guilhermina, Montes Claros - MG.

Artigo 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Montes Claros (MG),
09 de maio de 2007.


Fátima Pereira Macedo
vereadora



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
E JUSTIÇA
EM 15 DE MAIO DE 2007

PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
APROVADO EM DISCUSSÃO POR
REGIME DE URGÊNCIA
EM 22 DE MAIO DE 2007
PRESIDENTE



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ASSESSORIA LEGISLATIVA

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 147/2007 QUE “Concede Título Declaratório de Utilidade Pública Municipal ao Instituto Grande Sertão.”, de autoria da Vereadora Maria de Fátima Pereira Macedo.

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.


Não se reconhece nenhum vício de iniciativa no projeto ou mesmo em seu objetivo, até porque tanto a Constituição Federal quanto a Lei Orgânica Municipal permitem que o Município legisle sobre assunto de seu interesse, como no presente caso.

O projeto em questão, bem como a entidade mencionada, conforme documentação juntada, preenchem os requisitos legais exigidos.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto em questão é constitucional e legal e atende à forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 16 de maio de 2007.


Luciano Barbosa Braga
Assessor Legislativo
OAB/MG 78.605



Câmara Municipal de Montes Claros - MG
SALA DAS COMISSÕES
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 147/2007

AUTOR: Ver. Maria de Fátima Pereira Macedo

MATÉRIA: “Concede Título Declaratório de Utilidade Pública Municipal ao Instituto Grande Sertão.”

I- RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 147 /2007, de autoria da Vereadora Maria de Fátima Pereira Macedo “Concede Título Declaratório de Utilidade Pública Municipal ao Instituto Grande Sertão.”

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 15/05/2007, com entrada na Sala das Comissões no dia 16/05/2007.

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, emitir parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e forma técnica de redação do projeto.

II – FUNDAMENTAÇÃO

O presente projeto tem como objetivo declarar de utilidade pública municipal o “Instituto Grande Sertão”, localizado na Rua Urbino Viana, nº 670, Vila Guilhermina.

Como foi juntada a documentação exigida e não há vício de iniciativa, esta Comissão entende que a referida proposição, não fere normas legais e ou constitucionais.

III – CONCLUSÃO

Pelo exposto, esta Comissão, conclui pela legalidade e constitucionalidade do referido Projeto de Lei e que o mesmo atende à forma técnica de Redação.

Sala das Comissões, 21/05 2007.

Presidente -Ver. Sebastião Ildeu Maia:

Vice-Presidente- Ver. Ademar de Barros Bicalho:

Relator- Ver. Eurípedes Xavier Souto